



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0009888-56.2014.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro**
 Requerente: **MAURICIO ARAUJO DE SOUZA**
 Requerido: **Nextel Telecomunicações Ltda.**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

DECIDO.

Trata-se de ação em que o autor alegou ter adquirido da ré quatro *chips* e contratado a prestação de serviços de telefonia com a garantia de que encontraria aparelhos para utilização daqueles.

Alegou ainda que isso não aconteceu, porquanto nas lojas da ré os aparelhos não havia, e mesmo assim ela lhe emitiu faturas para a cobrança de serviços não prestados.

A ré em contestação não refutou o fato principal que alicerça a ação, vale dizer, a não localização de aparelhos que viabilizassem o uso dos *chips* comprados pelo autor.

Limitou a arguir a regularidade das cobranças questionadas, seja porque os serviços estavam disponíveis ao autor, seja porque a cobrança de tarifa básica relativa a eles é legítima.

Não assiste razão à ré, porém.

Com efeito, os aspectos que ela suscitou na peça de resistência não são controvertidos e não se assentam sobre eles os pedidos do autor.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Como restou assinalado, estes estão lastreados na impossibilidade do autor ter acesso a aparelhos que lhe permitissem usufruir dos serviços contratados a partir dos *chips* mencionados de início.

Reconhece-se esse fato como indubitado, portanto, o que impõe o acolhimento da pretensão deduzida.

É ilógico, para dizer o mínimo, propalar a obrigação do autor em pagar por serviços de que não se valeu por circunstâncias alheias à sua vontade e que deveriam ser de ciência da ré.

Por outras palavras, tendo a ré vendido *chips* ao autor e contratado com ele a prestação de serviços de telefonia, isso somente teria validade mediante aquisição dos aparelhos que completariam o quadro delineado porque somente então se cogitaria da real disponibilização desses serviços.

Como não foi o que sucedeu, os pedidos exordiais vingam.

A rescisão do contrato justifica-se porque ele não teve qualquer rendimento útil ao autor por algo que não poderia prever, ao passo que a devolução da soma paga evita o indesejável enriquecimento sem causa da ré em detrimento do autor.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para declarar a rescisão dos contratos firmados entre as partes para a compra de *chips* pelo autor e para a prestação de serviços de telefonia pela ré, sendo inexigível qualquer débito cobrado do autor, bem como para condenar a ré a pagar ao autor a quantia de R\$ 68,00, acrescida de correção monetária, a partir de maio de 2014 (época da compra em apreço), e juros de mora, contados da citação.

Torno definitiva a decisão de fls. 21/22.

Caso a ré não efetue o pagamento da importância aludida no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Cumprida a obrigação da ré, terá ela o prazo de trinta dias para reaver os *chips* que se encontram com o autor, mas decorrido esse prazo *in albis* o autor poderá dar a eles a destinação que reputar mais adequada.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 21 de outubro de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**